



OLIVEIRA, Dijaci David de; FREITAS, Revalino Antonio de; TOSTA, Tania Ludmila Dias (Orgs.). *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiânia: UFG/Funape, 2010.

Larissa Messias Moraes

Mestranda em Sociologia (Universidade Federal de Goiás)

Goiânia, Goiás, Brasil

larissamessi@gmail.com

Resumo

A busca por apresentar diferentes enfoques e perspectivas a respeito da infância e da juventude é o eixo condutor do livro apresentado nesta resenha. Nas suas linhas, encontramos a ânsia por colocar em discussão a necessidade de se promover o reconhecimento desses jovens indivíduos como sujeitos ativos, garantindo a defesa do seu espaço na sociedade como cidadãos de direitos. Nesta resenha destaca-se como pano de fundo, por parte de quase todos os autores, a intenção de colaborar para a implantação de uma cultura em direitos humanos, necessária para promover entre os entes de uma comunidade, nas diversas esferas da sociedade, o respeito e a tolerância para com a diferença e a diversidade. Portanto, convidamos a todos que estiverem dispostos a aprofundar o pensamento sobre a realidade educacional do Brasil e do mundo a posteriormente mergulhar na leitura deste livro que, com toda a certeza, muito tem a acrescentar à nossa prática educativa e às nossas concepções, muitas vezes ainda tão limitadas, a respeito da infância e a juventude.

Palavras-chave: infância, juventude, direitos humanos, educação.

Este livro foi organizado com o auxílio do Programa Escola que Protege (EqP), do Ministério da Educação, que busca, a partir de reflexões de pesquisadores brasileiros sobre o tema em questão, nortear e auxiliar a atuação de professores da rede de ensino básico. A contribuição dos nove autores deste livro, das áreas de Sociologia, Antropologia e Educação, abre-nos reflexões de grande relevância a respeito das discussões que têm ocorrido nas últimas décadas sobre os direitos e as perspectivas da infância e da juventude. O livro é dividido em duas partes: a primeira está focada nas questões da infância e da juventude e de seus direitos, e a segunda contempla o trabalho e o futuro de crianças e adolescentes.

O objetivo dessa obra organizada por Dijaci de Oliveira, Revalino Freitas e Tania Tosta é alavancar discussões sobre o processo de educação em direitos humanos e a exploração de crianças e adolescentes pela violência e pelo trabalho. Para tanto, aborda os riscos aos quais estão constantemente expostos e as perspectivas possíveis para a constituição e consolidação de uma cultura de direitos humanos.

No decorrer do livro percebemos que algumas questões são comuns a todos os autores, e entre elas levantamos uma que talvez esteja em relevo por determinar todo um conjunto de situações consequentes: a tendência corrente no Brasil de pensar a criança como um objeto de cuidado e de controle, e não como um sujeito. Muitos dos autores, em suas discussões, ressaltam a necessidade de romper-se com a limitada percepção de que a socialização transforma a criança e o adolescente em atores sociais, desconsiderando que eles possuem capacidade de

cognição e criação, que resguardam conhecimentos próprios e que possuem plena capacidade de interagir em sociedade como qualquer outro sujeito.

Magali Reis abre o livro com discussões teóricas da literatura clássica da Sociologia a respeito de alguns conceitos fundamentais sobre a infância que nos ajudam a compreender melhor a questão. Para pensar a infância como processo de transformação do indivíduo em ator social mediante a socialização, ela introduz a discussão de Durkheim a esse respeito, que define a criança como um ser anômico por natureza, incapaz de compreender as normas e regras da sociedade. Sendo assim, uma vez que a criança é uma "tábula rasa", a escola configura-se como o local destinado à transmissão dos conhecimentos necessários para moralizar e socializar esse indivíduo, até que ele esteja apto a pertencer à sociedade.

Essa autora ressalta que um debate que tenha em vista a superação da visão adultocêntrica sobre a criança não pode deixar de lado a influência do pensamento estrutural-funcionalista. Por outro lado, ela destaca que não podemos ignorar os subsídios deixados por Marx, cujo termo «furto do lúdico», cunhado por ele, ajuda a perceber como o trabalho degradante destinado às crianças da classe trabalhadora rouba a essência da infância e abre portas para uma série de outros problemas sociais.

Em seguida, com o propósito de possibilitar a implementação de práticas educacionais de proteção aos direitos da criança e do adolescente, Dijaci Oliveira remete-nos à dificuldade para a implementação da notificação ao Conselho Tutelar diante de uma situação de violência contra a criança e o adolescente, dispositivo que é legalmente referenciado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ele nos mostra, mediante a análise do debate acadêmico em torno dessa problemática nos ramos da saúde e da educação, que esse processo de notificação ainda encontra grandes dificuldades práticas, uma vez que não está evidente, para os profissionais dessas duas áreas, em que condições a notificação deve ser realizada. Entretanto, ressalta que a intenção da notificação é permitir uma maior vigilância da violência, garantindo a visibilidade do problema, a construção de um banco de dados e possibilitar, assim, o controle epidemiológico.

Em seguida, Fernanda Ribeiro traz à tona um caso dramático ocorrido na cidade de São Paulo, utilizado por ela para ressaltar a necessidade de avaliarem-se as dimensões socioculturais e o feixe de relações que contextualiza os casos de violência infantil no Brasil. Para levantar as possibilidades de intervenção diante da violência contra a criança e o adolescente, ela apresenta uma forma de prevenção e intervenção empregada pela França em seus programas

assistenciais, encorajando algumas ações semelhantes por parte do governo brasileiro.

Para a autora, compreender como as situações de violência contra as crianças e os adolescentes são percebidas dentro do contexto histórico e social nos possibilita entender as concepções, normas e valores em torno dos quais é construída a definição de infância. Por esse motivo, fazendo alusão à concepção recorrente de infância citada no início deste texto, ela destaca a importância de se considerar a criança como um sujeito individualizado de direito, e não como um ser isolado de tudo aquilo que lhe confere uma identidade social.

Ainda sobre violência infantil, Ana Thurler mostra como a violência contra meninas e mulheres, pelas suas particularidades, é ainda mais agravante do que a violência infantil em si. Ela destaca que, além das situações de violência propriamente ditas, é fundamental perceber que existe ainda por trás delas um conjunto de táticas e estratégias sociais complexas de ocultamento ou abrandamento da violência realizada pelos homens. Entre esses mecanismos, ela destaca "a eufemização, a desumanização da vítima, a ideologia da culpabilização da vítima e a diluição de responsabilidade, os processos de naturalização e de biologização, a psicologização, a patologização e a despolitização da violência contra as mulheres" (p. 78).

Para elucidar como essas circunstâncias passam despercebidas em nosso cotidiano, Thuler destaca algumas situações nas quais esses mecanismos são utilizados, como nos comentários em que a imprensa faz alusão à "violência exercida contra mulheres e meninas", sem tocar na base da problemática, que é a violência masculina. A interpretação que a mídia aborda dá a entender que esses crimes são frutos não de um sistema patriarcal, e sim de uma sociedade violenta. A autora conclui, então, que existe uma rede de cumplicidades que contribui para que homens violentos continuem a agir sem serem perturbados, usufruindo da impunidade, e para que isso mude é fundamental que a sociedade tenha consciência desse fator e se posicione.

Na segunda parte, o foco da discussão é a problematização sobre o trabalho e o futuro de crianças e adolescentes, quando se levanta motes fundamentais, como a exploração do trabalho infantil, as dificuldades da relação entre escola e emprego e a questão do desemprego entre os jovens.

Iniciando essa parte, Revalino Freitas comenta que nos últimos dez anos o debate a cerca da relação entre infância e trabalho adquiriu certo reconhecimento, a ponto de tornar-se motivo de preocupação tanto em relação ao presente quanto em relação ao futuro, mediante a constituição de normas que estabelecem a supressão de crianças das atividades laborais.

Uma vez que a realidade social das crianças diferencia-se no espaço e no tempo, ele ressalta que cada sociedade possui uma representação social da infância característica de sua realidade, perpassando aspectos sociais e culturais específicos, mesmo com todas as influências externas a que estão suscetíveis. No caso do trabalho infantil, Revalino ressalta que vem se constatando nos últimos anos a afirmação de uma concepção que se declara universal, propagada normativamente em convenções internacionais, e que se constitui a partir das sociedades ocidentais industrializadas.

Seguindo a linha que também norteou Magali Reis, ele mostra que o trabalho infantil acarreta a perda da infância, a violação de um período de vida fundamental para a formação do ser social e a privação do direito ao lúdico. O autor defende, portanto, a constituição de um estatuto social de proteção à infância, que, em vez de condenar de forma extremada qualquer forma de trabalho infantil, busque levar em conta a complexidade de situações a que cada uma dessas diferentes sociedades está sujeita, levantando como principal defesa o combate ao trabalho infantil fundado na exploração da força de trabalho.

A contribuição de Tânia Tosta para esse livro está na rica discussão que ela possibilita a partir de dados estatísticos sobre a realidade brasileira, mais precisamente sobre as situações de vulnerabilidade social que levam crianças e adolescentes a ser vítimas do trabalho infantil. Ela mostra que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera economicamente ativa qualquer criança que desenvolva atividade de no mínimo uma hora de trabalho por semana. Segundo esse critério, mais de 200 milhões de crianças entre 5 e 14 anos são economicamente ativas em todo o mundo.

Percebemos então, a partir de suas considerações, que um fator importante para enfrentar os condicionantes estruturais do trabalho infantil é o investimento em uma educação de qualidade e acessível, que seja capaz de envolver crianças e adolescentes no processo de aprendizagem e que lhes assegure o desenvolvimento como ser humano, e não somente a ocupação do seu tempo.

Licinia Correa, em seu artigo, discute a relação entre os jovens da periferia de São Bernardo do Campo (SP), a escola e o trabalho. Ela mostra que os componentes socioeconômicos, de escolaridade, de gênero, étnicos e etários afetam os interesses e as necessidades por trabalho dos grupos juvenis de cada condição social.

No decorrer da discussão, mediante análise crítica da forma como os jovens posicionam-se sobre o mundo do trabalho, a autora destaca que há um engendrado mecanismo socioeconômico que, desde o longo processo de escravidão, empurra os jovens negros de classe trabalhadora às camadas sociais mais

baixas. A relação dos jovens com o universo do trabalho e as representações dessa dimensão diferencia-se ao longo do tempo e do espaço, bem como em um mesmo momento histórico-social, segundo as perspectivas dos diferentes grupos.

Maria Carla Carrochano inicia sua contribuição apontando que, para uns, a juventude se constitui mais fortemente como um momento de preparação para o ingresso no mundo do trabalho, enquanto, para outros, o trabalho faz parte da realidade desde muito cedo, principalmente se considerarmos países como o Brasil. Assim como Licinia Correa, Carrochano também destaca que, para os jovens da periferia, estudo e trabalho são duas ocupações que não se interconectam de maneira positiva.

Na sua pesquisa, os jovens destacaram que as ações públicas do Estado deveriam constituir-se como alicerces para a sua atividade laboral, o que, segundo eles, não ocorre durante a participação no programa pesquisado pela autora. Esses jovens sinalizaram a necessidade e o desejo da maior presença de outras instituições, além da família, em suas vidas, na esperança de tornar menos dramáticos e solitários seus percursos em direção à vida adulta.

Finalizando a obra de maneira magistral, Mônica Franch dispõe-se a analisar a construção simbólica do futuro entre jovens de grupos populares. Ela pontua que a preparação para o futuro é um dos significados mais comumente associados à juventude, sobretudo quando é enfatizado o seu caráter de transição para o mundo adulto. É com o pensamento no futuro que se busca certa disciplina no presente, sem a qual entende a autora não ser possível ao jovem cumprir satisfatoriamente a sua tarefa de se inserir na esfera do trabalho e de ser responsáveis por sua família.

Utilizando a abordagem de Pierre Bourdieu, Franch afirma que «projetar-se no futuro somente seria possível para aqueles que estão bem posicionados – e bem ajustados – no jogo social, conhecendo suas regras e conseguindo, desse modo, traçar estratégias efetivas que extrapolem o presente» (p. 198). Todavia, ela enfatiza que sonhos, expectativas de futuro e projetos a curto, médio e longo prazo são realidades inevitáveis mesmo entre os jovens desfavorecidos, sugerindo assim a importância da dimensão temporal como perspectiva das experiências juvenis que têm forte poder de determinação sobre o significado social da juventude nas periferias das cidades brasileiras.

Enfim, encerramos ressaltando a relevância de todas as discussões e reflexões desse livro, que colaboram para fortalecer o debate a respeito dos direitos e das condições sociais da infância e da juventude no Brasil, e que sem dúvidas nos ajuda a enxergar crianças e adolescentes como atores sociais capazes de transformar o mundo ao seu redor e, portanto, dignos de terem seus direitos respeitados.

Referência

OLIVEIRA, Dijaci David de; FREITAS, Revalino Antonio de; TOSTA, Tania Ludmila Dias (Orgs). *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiânia: UFG/Funape, 2010.

Data de recebimento da resenha: 9/12/2013

Data de aprovação da resenha: 6/8/2014